



CIDADES DE SAPIRANGA/NOVO HAMBURGO
INSTRUÇÕES GERAIS

- 1 - Este caderno de prova é constituído por 40 (quarenta) questões objetivas.
- 2 - A prova terá duração máxima de 04 (quatro) horas.
- 3 - Para cada questão, são apresentadas 04 (quatro) alternativas (a – b – c – d).
APENAS UMA delas responde de maneira correta ao enunciado.
- 4 - Após conferir os dados, contidos no campo Identificação do Candidato no Cartão de Resposta, assinie no espaço indicado.
- 5 - Marque, com caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa, conforme exemplo abaixo, no Cartão de Resposta – único documento válido para correção eletrônica.


- 6 - Em hipótese alguma, haverá substituição do Cartão de Resposta.
- 7 - Não deixe nenhuma questão sem resposta.
- 8 - O preenchimento do Cartão de Resposta deverá ser feito dentro do tempo previsto para esta prova, ou seja, 04 (quatro) horas.
- 9 - Serão anuladas as questões que tiverem mais de uma alternativa marcada, emendas e/ou rasuras.
- 10 - O candidato só poderá retirar-se da sala de prova após transcorrida 01 (uma) hora do seu início.

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. De acordo com o Decreto Federal nº5.707, de 23 de fevereiro de 2006, Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com as seguintes finalidades:

- I. Melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços internos prestados aos servidores;
- II. Desenvolvimento permanente do servidor público;
- III. Adequação das competências requeridas dos servidores aos seus objetivos, tendo como referência o plano anual;
- IV. Divulgação e gerenciamento das ações de capacitação;
- V. Racionalização e efetividade dos gastos com despesas gerais.

Estão **INCORRETAS** apenas as afirmativas

- a) I, III, V.
- b) II.
- c) III, IV, V.
- d) II, III, IV.

2. De acordo com o Decreto Federal nº 5.824, de 29 de junho de 2006, que estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, é correto afirmar que

- a) o servidor não poderá ser movimentado para ambiente organizacional diferente daquele que ensejou a percepção do Incentivo à Qualificação.
- b) em nenhuma hipótese poderá haver redução do percentual de Incentivo à Qualificação percebida pelo servidor.
- c) o Incentivo à Qualificação será devido ao servidor após a publicação do ato de concessão, com efeitos financeiros a partir do mês subsequente.
- d) a unidade de gestão financeira da IFE deverá certificar se o curso concluído é direta ou indiretamente relacionado com o ambiente organizacional de atuação do servidor, no prazo de trinta dias após a data de entrada do requerimento devidamente instruído.

- 3.** De acordo com a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, é correto afirmar que
- a) o ingresso nos cargos do Plano de Carreira far-se-á no padrão inicial do 1º (primeiro) nível de capacitação do respectivo nível de classificação, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas a escolaridade e a experiência estabelecidas no Anexo II dessa Lei.
 - b) a remuneração dos empregados será composta do valor correspondente ao valor estabelecido para o vencimento do nível de capacitação ocupado, acrescido dos incentivos previstos em Lei e das demais vantagens estabelecidas pelo plano.
 - c) a sua aplicação se dá aos integrantes dos quadros vinculados ao Ministério, em relação às diretrizes de gestão dos cargos de capacitação, aos efeitos financeiros da inclusão e desenvolvimento na Matriz Hierárquica, como também à percepção do Incentivo à Qualificação, após a inclusão no regime jurídico.
 - d) o pagamento será composto do salário correspondente ao valor estabelecido para a progressão por capacitação, acrescido dos incentivos e das demais vantagens pecuniárias adquiridas anualmente.
- 4.** De acordo com o DECRETO Nº 5.825, DE 29 DE JUNHO DE 2006, é correto afirmar que
- a) as ações de planejamento, coordenação, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação são de responsabilidade somente dos Técnicos Administrativos nível "E" da IFE.
 - b) a unidade de gestão financeira deverá assumir o gerenciamento dos programas vinculados ao Plano de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
 - c) o Programa de Avaliação de Desempenho terá por objetivo promover o desenvolvimento pessoal, subsidiando a definição de diretrizes para políticas de gestão financeira e garantindo a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos servidores internos.
 - d) a aplicação do processo de avaliação de desempenho deverá ocorrer no mínimo uma vez por ano, ou em etapas necessárias a compor a avaliação anual, de forma a atender à dinâmica de funcionamento da IFE.
- 5.** Gratuidade de taxas para usuários de certos serviços públicos e incentivos ou renúncias fiscais, são exemplos de políticas públicas
- a) regulatórias.
 - b) redistributivas.
 - c) distributivas.
 - d) constitutivas.

- 6.** A criação de um conselho de participação comunitário para aumentar a legitimidade das ações de uma prefeitura, pode se tornar uma política pública, nos casos em que aqueles que a criaram consideram, de antemão, que a participação é difícil, ineficiente ou desnecessária para o tema. Ao final, a definição do problema, as opções de solução colocadas para debate e a decisão em si continuam centralizadas nas mãos de poucos, e o conselho comunitário passa a ser um elemento figurativo para emprestar legitimidade às decisões previamente tomadas.

Que tipo de política é essa?

- a) Política simbólica
 - b) Pseudopolítica
 - c) Política sem sentido
 - d) Política sem lógica
- 7.** No que tange à relevância dos indicadores sociais, afirma-se que indicador social é
- a) um gráfico cujo desvio padrão representa a área onde os gestores públicos deverão atuar a longo prazo, onde os investimentos principais representam ganhos futuros de qualidade, eficiência e eficácia.
 - b) um gráfico estatístico utilizado pelos gestores públicos contendo dados sociais significativos, usado para as tomadas de decisões no planejamento estratégico de curto prazo. Esses indicadores representam essencialmente o custo operacional da tomada de decisão.
 - c) uma medida técnica dotada de significado, usada para substituir outra obtida anteriormente, quantificando ou operacionalizando um conceito social concreto. Assim, a veracidade dos indicadores sociais é utilizada na medida em que os agentes políticos planejam seus atos.
 - d) uma medida em geral quantitativa dotada de significado social significativo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato. Assim, a relevância dos indicadores sociais aumenta na medida em que as tomadas de decisões dos agentes políticos necessitam de planejamento apoiado em dados numéricos consistentes que demonstram empiricamente a realidade do meio analisado.
- 8.** Segundo Maria Rita Gramigna, no livro Modelo de competências e gestão dos talentos, a etapa que exige a participação da direção da instituição, que é decisiva para o desenvolvimento do projeto e que além disso, inclui discussões sobre missão, visão, diretrizes e políticas dessa instituição, bem como define o perfil de competências da instituição e das pessoas chama-se
- a) o realinhamento e a capacitação por competências.
 - b) a segunda etapa: visualização do modelo.
 - c) a primeira etapa: mapeamento de competências.
 - d) a etapa que contém as principais dificuldades na implantação do modelo de competências: problemas na cultura organizacional, altos índices de absenteísmo e desídia.

9. Atualmente o termo gestão por competências está sendo amplamente utilizado nas instituições.

Assim sendo, gestão por competências consiste em

- a) um conjunto de ferramentas que reunidas formam uma metodologia de apoio à gestão de pessoas. As informações geradas pelo modelo são o grande diferencial nas decisões e questões relativas ao capital intelectual.
- b) um modelo de gestão de pessoas em que a área de recursos humanos tem papel secundário, limitando-se a registros de dados e atividades burocráticas, visto que cada servidor é competente o suficiente para executar as suas atribuições de maneira satisfatória.
- c) um setor em que, como a própria expressão diz: "competências", cada servidor tem a exata noção das suas competências, e o setor de recursos humanos deve alocar esse servidor, após uma entrevista, no setor onde essas competências, forem imprescindíveis.
- d) gerir pessoas de maneira competente, identificando competências coletivas e individuais, alocando talentos, retendo talentos e fazendo da extrema competência o objetivo final da instituição.

10. Segundo Idalberto Chiavenato existem seis processos de gestão de pessoas: agregar pessoas, aplicar pessoas, recompensar pessoas, desenvolver pessoas, manter pessoas e monitorar pessoas.

Sobre esse fato, qual das afirmativas está **INCORRETA**?

- a) Na gestão de pessoas, existem processos para incluir pessoas na instituição. Esses processos podem ser denominados processos de provisão ou de suprimento de pessoas. Incluem recrutamento e seleção de pessoas.
- b) Na gestão de pessoas, existem processos para criar condições ambientais e psicológicas satisfatórias para as atividades das pessoas. Incluem administração da cultura organizacional, clima, higiene, disciplina, segurança e qualidade de vida e manutenção de relações sindicais.
- c) Na gestão de pessoas, existem processos utilizados para acompanhar pessoas, controlar suas atividades e verificar resultados. Incluem banco de dados e informações gerenciais.
- d) Na gestão de pessoas, todos os processos são independentes entre si, de tal maneira que é possível atuar em um processo sem afetar os outros processos.

11. Para que a área de RH possa adicionar valor à instituição, servir aos seus objetivos e criar vantagens competitivas, ela precisa desempenhar papéis cada vez mais múltiplos e complexos.

Qual das afirmativas **NÃO** representa um desses papéis?

- a) Administração de estratégias de recursos humanos é a forma como a área de RH atua na execução da estratégia organizacional, ajudando a alcançar os objetivos organizacionais.
- b) Administração da contribuição dos funcionários, é a busca do aumento do envolvimento e da capacidade dos funcionários.
- c) Administração da transformação e da mudança é a forma como o setor de RH realoca os funcionários em novas departamentalizações, em função das redistribuições e transferências.
- d) Administração da infraestrutura da instituição é a maneira como o setor de RH colabora para que a instituição seja mais eficiente e eficaz.

12. Segundo Idalberto Chiavenato, no livro Introdução à teoria geral da administração pública, departamento designa a área ou segmento distinto de uma instituição sobre a qual um gestor tem autoridade para o desempenho de atividades específicas.

Dentre as vantagens da departamentalização funcional, **NÃO** está

- a) ter a possibilidade de agrupar vários especialistas sob uma única chefia comum, quando sua atividade é especializada.
- b) garantir a plena utilização das habilidades técnicas das pessoas, porque não se baseia no princípio da especialização ocupacional.
- c) permitir a economia de escala pela utilização integrada de pessoas, máquinas e produção em massa.
- d) ser indicada para circunstâncias estáveis de poucas mudanças e que requeiram desempenho continuado de tarefas rotineiras.

13. O gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de cumprir seus requisitos.

Para que um projeto seja bem-sucedido, a equipe do projeto **NÃO** deve

- a) selecionar os processos apropriados necessários para cumprir os objetivos do projeto.
- b) usar uma abordagem genérica que possa ser adotada para atender aos requisitos.
- c) cumprir os requisitos para atender às necessidades e expectativas das partes interessadas.
- d) obter um equilíbrio entre as demandas concorrentes de escopo, tempo, custo, qualidade, recursos e riscos, para gerar o produto, o serviço ou o resultado especificado.

14.O gerenciamento da integração do projeto inclui os processos e as atividades necessárias para identificar, definir, combinar, unificar e coordenar os vários processos e atividades dos grupos de processos de gerenciamento.

Complete os espaços entre parênteses com um número correlato à frase que tem relação direta com a resposta correta.

- I. Desenvolver o termo de abertura do projeto.
- II. Desenvolver o plano de gerenciamento do projeto.
- III. Orientar e gerenciar a execução do projeto.
- IV. Monitorar e controlar o trabalho do projeto.
- V. Realizar o controle integrado de mudanças.
- VI. Encerrar o projeto ou de fase do projeto.

- () É o processo de realização do trabalho definido no plano de gerenciamento do projeto para atingir os objetivos do projeto.
- () É o processo de acompanhamento, revisão e regulação do processo para atender aos objetivos de desempenho definidos no plano de gerenciamento do projeto.
- () É o processo de desenvolvimento de um documento que formalmente autoriza um projeto ou uma fase e a documentação dos requisitos iniciais que satisfaçam as necessidades e expectativas das partes interessadas.
- () É o processo de documentação das ações necessárias para definir, preparar, integrar e coordenar todos os planos auxiliares.
- () É o processo de finalização de todas as atividades de todos os grupos de processos de gerenciamento do projeto para terminar formalmente o projeto ou a fase do projeto.
- () É o processo de revisão de todas as solicitações de mudança, aprovação de mudanças e gerenciamento de mudanças nas entregas, ativos de processos organizacionais, documentos de projeto e plano de gerenciamento do projeto.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- a) I, IV, III, V, II, VI.
- b) IV, II, I, III, VI, V.
- c) III, IV, I, II, VI, V
- d) V, I, IV, II, VI, III.

15.A Constituição Federal prevê em seu Art. 165 que o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais serão estabelecidos por Leis de iniciativa do(a)

- a) Poder Legislativo.
- b) Poder Executivo.
- c) Poder Judiciário.
- d) Comissão mista permanente com representantes dos três poderes da União.

16.Tendo em vista o Art. 165 da Constituição Federal, seu respectivo § 7º e ainda apoiado pela bibliografia de José Matias-Pereira, em seu livro *Finanças Públicas: foco na política fiscal no planejamento e orçamento público* (2012), afirma-se que alguns orçamentos, além de “compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional”.

Quais são os orçamentos que possuem essa finalidade?

- a) O Orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e o Orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- b) O Orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o Orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- c) O Orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e o Orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- d) O Orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público e o Orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

17.Considerando-se o Art. 167 da Constituição Federal, que trata das vedações a respeito dos Orçamentos, é correto afirmar que

- a) a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas urgentes e previsíveis.
- b) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que compreendam os créditos orçamentários é vedada.
- c) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.
- d) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual poderá ser legalmente executado, desde que haja autorização da autoridade máxima do órgão.

18. Considerando-se o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, é correto afirmar que

- a) nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.
- b) a licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, também se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
- c) na fase externa do pregão, na forma eletrônica, o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não excederá oito dias úteis.
- d) a fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso somente para valores estimados superiores a R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais).

19. Tendo em vista o Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços é **INCORRETO** afirmar que

- a) a indicação da dotação orçamentária não é necessária na licitação para registro de preços.
- b) a existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
- c) a licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.
- d) o prazo de validade da ata de registro de preços deverá ser de 12 meses.

20. Considerando o Artigo 24 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, é dispensável a licitação para

- a) contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- b) obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- c) serviços (exceto obras e serviços de engenharia) e para compras de valor correspondente a até 10% do limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- d) aquisição de quaisquer bens ou serviços comuns, desde que não ultrapassem o limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

21.A respeito dos Contratos Administrativos, a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, trata, dentre outros assuntos, da Execução dos Contratos. Em vista disso, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F):

() A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

() O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou fornecimento, até o limite admitido, em cada caso, pela Administração.

() O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

() A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

() A Administração Pública responde solidariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- a) F-F-V-F-V.
- b) V-F-F-V-F.
- c) V-V-V-F-V.
- d) V-V-V-V-V.

22.A Constituição Federal expõe que os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em

- a) undécimos.
- b) décimos.
- c) tredécimos.
- d) duodécimos.

23. Considerando a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F):

- () Subordinam-se ao regime desta Lei apenas os órgãos da administração direta.
- () A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- () Será dada publicidade, trimestralmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta.
- () Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- () Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- a) F-V-F-V-V.
- b) F-F-F-V-F.
- c) F-V-V-F-V.
- d) V-V-V-F-V.

24. Conforme regulamenta o Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, a fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para a contratação e os meios de divulgação.

Supondo que a necessidade de compra supere o valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), serão obrigatórias, no mínimo, publicações no(s) seguinte(s) veículo(s):

- a) Diário Oficial da União, meio eletrônico na internet e jornal de grande circulação regional ou nacional.
- b) Diário Oficial da União e meio eletrônico na internet.
- c) Diário Oficial da União, meio eletrônico na internet e jornal de grande circulação local.
- d) Apenas no Diário Oficial da União.

25. O Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, deverá ser adotado quando

- a) for possível, pela natureza do objeto, definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- b) for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
- c) for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a apenas um órgão.
- d) se fizer uso de dispensa de licitação.

26. Tratando do Sistema de Registro de Preços, considerando o Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o registro do fornecedor será cancelado quando

- a) a entrega do produto ou serviço sofrer atraso.
- b) a nota de empenho ou instrumento equivalente for retirado no prazo estabelecido pela Administração.
- c) o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados.
- d) a redução do seu preço registrado não for aceito, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

27. Conforme a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a licitação é dispensável em alguns casos

Com base nessa afirmação, julgue os itens a seguir como Verdadeiros (V) ou Falsos (F).

() nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

() na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo as normas da legislação específica.

() para compras parceladas.

() quando não acudirem interessados à licitação anterior, mesmo que esta, possa ser repetida sem prejuízo para a Administração.

() para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.

A sequência correta, de cima para baixo, é

- a) F-V-V-F-V.
- b) V-V-F-F-V.
- c) V-F-F-F-V.
- d) F-F-V-V-F.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir, para responder às questões de 1 a 8.

Questão de classe

Por J. R. Guzzo

Uma das crenças mais resistentes do pensamento que imagina a si próprio como o mais moderno, democrático e popular do Brasil é a lenda da inocência dos criminosos pobres. Por essa maneira de ver as coisas, um crime não é um crime se o autor nasceu no lado errado da vida, cresceu dentro da miséria e não conheceu os suportes básicos de uma família regular, de uma escola capaz de tirá-lo da ignorância e do convívio com gente de bem. De acordo com as fábulas sociais atualmente em vigência, pessoas assim não tiveram a oportunidade de ser cidadãos decentes – e por isso ficam dispensadas de ser cidadãos decentes. Ninguém as ajudou; ninguém lhes deu o que faltou em sua vida. Como compensação por esse azar, devem ser autorizadas a cometer delitos – ou, no mínimo, considera-se que não é justo responsabilizá-las pelos atos que praticaram, por piores que sejam. Na verdade, segundo a teoria socialmente virtuosa, não existem criminosos neste país quando se trata de roubo, latrocínio, sequestro e outras ações de violência extrema – a menos que tenham sido cometidos por cidadãos com patrimônio e renda superiores a determinado nível. E de quem seria, nos demais casos, a responsabilidade? Essa é fácil: “a culpa é da sociedade”.

Toda essa conversa é bem cansativa quando se sabe perfeitamente, desde que Moisés anunciou os Dez Mandamentos, que certas práticas são um mal em si mesmas, e ponto-final; não apareceu nas sociedades humanas, de lá para cá, nenhuma novidade capaz de mudar esse entendimento fundamental.

Um crime não deixa de ser um crime pelo fato de ser cometido por uma pessoa pobre, da mesma forma que ser pobre, apenas, não significa ser honesto. Mas e daí? Em nosso pensamento penalmente correto, a ideia de que as culpas são sobretudo uma questão de classe é verdade científica, tão indiscutível quanto a existência do ângulo reto. Por esse tipo de ciência, um homicídio não é “matar alguém”, como diz o Código Penal Brasileiro; para tanto, é preciso que o matador pertença pelo menos à classe média. Daí para baixo, o assassinato de um ser humano é apenas um “fenômeno social”. Fim da discussão. No mais, segundo os devotos da absolvição automática para os criminosos que dispõem de atestado de pobreza, “somos todos culpados”. Nada como as culpas coletivas para que não haja culpa alguma – e para que todos ganhem o direito de se declarar em paz perante sua própria consciência.

Embora não faça parte dos programas, de nenhum partido ou governo, essa é a fé praticada pela maioria das nossas altas autoridades – junto com as camadas superiores da Ordem dos Advogados do Brasil, juristas de renome e estrelas do mundo intelectual, artístico e sociológico. A mídia, de modo geral, os acompanha. Há aliados de peso nos salões de mais alta renda da nação, onde é de bom-tom deplorar a “criminalização da pobreza”; é comum, quando se reúnem, haver mais seguranças do lado de fora do que convidados do lado de dentro. A moda do momento, para todos, é escandalizar-se com a proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, em caso de crimes graves. Não se trata de uma questão de ideologia, ou de moral. A punição pela prática de crimes tem, obrigatoriamente, de começar em algum ponto, e 16 anos é uma idade tão boa quanto 18 – é impossível, na verdade, saber qual o número ideal. Mas o tema se tornou um divisor entre o bem e o mal – sendo que o mal, claro, é a redução, já declarada “coisa da direita selvagem”. Alega-se que o número de menores de 18 anos que praticam crimes violentos é muito pequeno e que a mudança não iria resolver o problema da criminalidade no Brasil. Ambas as afirmações são verdadeiras e sem nenhuma importância. Quem está dizendo o contrário? O objetivo da medida é punir delitos que hoje ficam legalmente sem punição – e nada mais. Também é verdade que pessoas de 60

anos cometem poucos crimes, e nem por isso se propõe que se tornem livres de responder por seus atos. Também é verdade que os crimes não vão desaparecer com nenhum tipo de lei – e nem por isso se elimina o Código Penal.

Talvez esteja na hora de pensar que existe alguma coisa profundamente errada com a paixão pela tese de que a desigualdade social é a grande culpada pela criminalidade no Brasil. Segundo o governo, a redução da pobreza está passando por um avanço inédito na história; nesse caso, deveria haver uma redução proporcional no número de crimes, não é? Mas o crime só aumenta. Ou não houve o progresso que se diz, ou a tese está frouxa. Como fica?

Revista Veja, 03 de junho de 2015. (adaptado)

28. Uma das ideias defendidas pelo autor do texto é a de que

- a) a pobreza é um desígnio da violência, o que precisa ser levado em conta no julgamento de crimes.
- b) a culpa de um crime está diretamente relacionada à classe social; quanto mais pobre, mais justificável o ato.
- c) o fato de culpar a sociedade pelos crimes cometidos por pessoas pobres dissipa a culpa e inocenta o criminoso.
- d) os crimes não podem mais ser julgados pelo fato em si, mas pelo histórico social daquele que cometeu o delito.

29. É correto afirmar que o título

- a) faz uma afirmação com teor preconceituoso, mostrando um posicionamento elitista, que não se desfaz ao longo do texto.
- b) exprime, de forma sucinta, o conteúdo do texto, direcionando o leitor a uma interpretação, por não apresentar caráter polissêmico.
- c) traz um conteúdo subentendido, o qual é resgatado logicamente pela expressão “classe”, o que vem a se confirmar ao longo da leitura.
- d) apresenta ambiguidade, pois, antes da leitura do texto, a expressão remete a um clichê e, após a leitura, ganha um caráter sociológico.

30. Observe os trechos a seguir, no que diz respeito a conteúdo pressuposto.

- I. ...certas práticas são um mal...
- II. Uma das crenças mais resistentes...
- III. ...a desigualdade social é a grande culpada...

Há conteúdo pressuposto em

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

31. No texto, algumas expressões aparecem entre aspas, dentre elas: “a culpa é da sociedade”, “somos todos culpados” e “coisa da direita selvagem”.

Sobre o uso das aspas nessas expressões, é **INCORRETO** afirmar que

- a) sinalizam pensamentos opostos aos do autor.
- b) salientam expressões empregadas em sentido metafórico.
- c) evidenciam ideias antagônicas àquelas defendidas no texto.
- d) destacam a voz daqueles que defendem a ideia rebatida pelo texto.

32.As expressões “inocência dos criminosos” e “um homicídio não é ‘matar alguém’” apresentam caráter

- a) paradoxal, ao reunirem no mesmo enunciado ideias colisivas.
- b) pleonástico, ao apresentarem termos prescindíveis, visando enfatizar a ideia.
- c) eufemístico, ao apresentarem um abrandamento da ideia cujo sentido seja desagradável.
- d) irônico, ao afirmarem o contrário do que dizem, refletindo o pensamento sarcástico da elite.

33.Em qual das alternativas o elemento sublinhado funciona como uma conjunção?

- a) ... e para que todos ganhem o direito de se declarar em paz...
- b) ... não é um crime se o autor nasceu no lado errado da vida,...
- c) ..., considera-se que não é justo responsabilizá-las pelos atos...
- d) ... não existem criminosos neste país quando se trata de roubo, ...

34.Em “Ninguém as ajudou; ninguém lhes deu o que faltou em sua vida.” (1º parágrafo), os pronomes destacados foram adequadamente empregados como complementos verbais, conforme a gramática normativa.

De acordo com o exposto, o pronome destacado só **NÃO** pode completar o verbo em:

- a) A supervisora chamou-me para uma conversa.
- b) Ele recebeu o boleto e pagou-o no mesmo dia.
- c) O aluno ainda não fez os temas. Ele os fará hoje.
- d) Se eu quero o cargo de presidente?! Eu sempre aspirei-lhe!

35.Observe o correto emprego do pronome ONDE no seguinte trecho: “Há aliados de peso nos salões de mais alta renda da nação, onde é de bom-tom deplorar a ‘criminalização da pobreza’;...” (4º parágrafo).

O emprego de ONDE/AONDE está **INCORRETO** em:

- a) Onde eu posso encontrá-lo?
- b) Sabes onde cantam os rouxinóis?
- c) Aonde estão os trabalhos finalizados?
- d) Aonde queres chegar com essas insinuações?

LEGISLAÇÃO

36.Face ao permissivo constitucional (art. 40, § 14, da C.F./1988), a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituem regime de previdência _____ para os seus respectivos servidores titulares de cargo _____, poderão fixar, para o valor das _____ e pensões a serem concedidos pelo regime de que trata esse artigo, o limite _____ estabelecido para os benefícios do regime _____ de previdência social de que trata o art. 201.

A sequência que completa corretamente as lacunas, de cima para baixo, é

- a) privada – comissionado – remunerações – máximo – geral
- b) complementar – comissionado – aposentadorias – mínimo – transitório
- c) complementar – efetivo – aposentadorias – máximo – geral
- d) privada – efetivo – remunerações – mínimo – geral

37. De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n.º 1.171, de 1994, são VEDAÇÕES ao servidor público:

- I. Prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam.
- II. Desviar servidor público para atendimento a interesse particular.
- III. Apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- IV. Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- V. Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II, III e V.
- b) II, IV e V.
- c) I, III e IV.
- d) I, II e III.

38. Analise as assertivas abaixo, de acordo com a Lei n.º 9.784, de 1999, colocando (V), para as verdadeiras, e (F), para as falsas.

- () É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- () Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- () Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.
- () O recurso não será conhecido quando interposto por quem não seja legitimado.
- () O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

A ordem correta, de cima para baixo, é

- a) V – V – V – V – V.
- b) V – F – F – V – V.
- c) F – F – V – V – F.
- d) F – V – V – V – F.

39. Considere as seguintes informações :

- I. O servidor público federal não aprovado no estágio probatório será exonerado.
- II. A posse em outro cargo inacumulável é uma das formas de vacância de cargo.
- III. A exoneração é uma forma de provimento de cargo público.
- IV. A idade mínima de dezoito anos é um dos requisitos básicos para investidura em cargo público.
- V. A nomeação far-se-á em caráter efetivo, para cargos de confiança vagos.

Estão corretas apenas as afirmativas

- a) I, II e III.
- b) II, IV e V.
- c) I, III e V.
- d) I, II e IV.

40. Ernesto é servidor público federal e conta com vinte e sete anos de efetivo exercício no serviço público. De acordo com a Constituição Federal de 1988, para se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ele deverá ter, no mínimo,

- a) 60 anos de idade e ter cumprido, pelo menos, 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- b) 65 anos de idade, além de ter cumprido, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- c) 60 anos de idade, além de ter cumprido, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público e 5 anos no cargo em que se dará a aposentadoria.
- d) 65 anos de idade e ter cumprido, pelo menos, 10 anos de efetivo exercício no serviço público.

